“UMA NOVA ESTRELA NO (FAR)OESTE”: a criação do Estado de Rondônia nas páginas de Veja (1980-1982)

“A NEW STAR IN THE (FAR)WEST”: the creation of the State of Rondônia in the pages of Veja (1980-1982)

Alex Filipe Gomes dos Santos[1]
https://orcid.org/0009-0007-6517-641X
http://lattes.cnpq.br/6125623585748985

Recebido em: 26 de novembro de 2025.
1ª revisão: 09 de junho de 2026.
Revisão final: 14 de outubro de 2026.
Aprovado em: 14 de outubro 2026.

https://doi.org/10.46401/arec.2026.v18.24581

1 Doutorando em História pela Universidade Federal de Mato Grosso. Mestre em História e Estudos Culturais pela Universidade Federal de Rondônia.E-mail: alexfilipegs@gmail.com

Resumo: O presente artigo busca analisar a cobertura jornalística empreendida pela revista *Veja* sobre o processo de criação do Estado de Rondônia entre os anos de 1980 e 1982, compreendendo a maneira pela qual o semanário externou sua visão sobre o contexto social, político e econômico da região, interpretou as motivações que levaram a criação da nova unidade federativa e explorou os interesses político-eleitorais com o surgimento da 23ª estrela na bandeira nacional no quadro da redemocratização brasileira do início da década de 1980.

Palavras-chave: Rondônia, Veja, ditadura militar.

Abstract: This article seeks to analyze *Veja* magazine's coverage of the process of creating the State of Rondônia between 1980 and 1982, understanding how the weekly expressed its perspective on the social, political, and economic context of the region, interpreted the motivations that led to the creation of the new federative unit, and explored political and electoral interests in the emergence of the 23rd star on the national flag within the context of Brazilian redemocratization in the early 1980s.

Keywords: Rondônia, Veja, military dictatorship.

Introdução

A configuração do território do atual Estado de Rondônia é produto de áreas desmembradas do então noroeste do Estado de Mato Grosso e do sul do Estado do Amazonas e que perfazem um total de cerca de 237.000 km^2. Esse desmembramento ocorreu ainda na década de 1940 por meio do Decreto-Lei número 5.812, de 13 de setembro de 1943 (Brasil, 1943), com a criação do denominado Território Federal do Guaporé.

A criação do Território Federal do Guaporé deve ser compreendida como parte integrante de um conjunto de políticas estatais que ficaram conhecidas como *Marcha para o Oeste*. Durante o Estado Novo (1937-1945), o governo de Getúlio Vargas implementou uma série de medidas que visavam dinamizar a ocupação dos territórios localizados ao oeste do litoral brasileiro e na região amazônica por intermédio de ações voltadas à colonização e ao povoamento (Franco, 2019, p.100). Neste viés, no bojo da Marcha para o Oeste, o governo federal instituiu, por meio do Decreto-Lei número 5.812/1943, a criação de cinco territórios federais, sendo eles: Amapá, Iguaçu, Guaporé, Ponta Porã e Rio Branco.

O topônimo "Guaporé" teria, porém, vida curta. Segundo Teixeira e Fonseca (2001, p.64), à época de sua escolha várias propostas surgiram à mesa, dentre elas a de "Rondônia" como uma forma de homenagear o Cândido Mariano da Silva Rondon[2] que, ainda em vida, ao saber da existência de um debate pela possibilidade de escolha do nome "Rondônia", rechaçou a homenagem.

Contudo, o afã dos admiradores de Rondon em homenageá-lo não arrefeceria. Destarte, em 1955, o deputado Aureo de Mello (PTB-AM) propôs à Câmara dos Deputados, por meio do Projeto número 252, a mudança da denominação de Território Federal do Guaporé para Território Federal de Rondônia.

O deputado, embora exercesse seu mandato pelo Estado do Amazonas, havia nascido no que então compunha o Território Federal do Guaporé e, portanto,

2 Candido Mariano da Silva Rondon (1865-1958) desempenhou importante papel no processo de expansão da rede telegráfica nacional, especialmente, em direção ao Mato Grosso e à região amazônica entre os anos de 1890 e 1915. Nesse âmbito, destaca-se sua atuação na Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas (1907-1915) – também conhecida como "Comissão Rondon" – que estabeleceu diversos postos telegráficos na região que, posteriormente, seria batizada em sua homenagem. De acordo com Gilmara Franco (2019, p.99), a expansão das linhas telegráficas empreendida pela Comissão Rondon representou o interesse do estado brasileiro em "integrar" áreas mais remotas do interior do país sendo, posteriormente, convertida em um dos símbolos do avanço do "progresso" e da "civilização" na Amazônia Ocidental.

julgava-se "credenciado bastante para depor sobre o trabalho abnegado do marechal Cândido Rondon" (Brasil, 1955, p.2352) na região. Aureo de Mello, na argumentação de defesa de seu pleito no plenário, pontuou:

> Por tôda a extensão de Mato Grosso, principalmente no Norte desse Estado, Rondon desenvolveu a sua ação civilizadora, instalando as linhas telegráficas e descobrindo dentro do Brasil, essa outra nação que constituem as tribos indígenas. Rondon muito fez pelo nosso país. O norte de Mato Grosso, hoje compreendido pela região delimitada com o Território Federal do Guaporé, lindeira com a Bolívia, precisava, principalmente, da mão desbravadora que assegurasse ao Brasil a posse verdadeira das terras que lhe pertenciam. Rondon tudo isso realizou e o presente projeto visa prestar justa homenagem a quem dela é merecedor, até porque figura-se-nos inadequado o nome Território Federal do Guaporé, pois não é êste o rio principal ou único daquelas terras, por onde passam o Madeira, o Mamoré etc (Brasil, 1955, p.2352).

A proposta do deputado amazonense tramitaria até sua aprovação sob a forma da Lei número 2.731, de 17 de fevereiro de 1956, que mudou a denominação do Território Federal do Guaporé para o Território Federal de Rondônia.

O Território Federal de Rondônia teria vida mais longa do que o seu predecessor. Entretanto, no início da década de 1960 iniciaram-se as primeiras movimentações e discussões acerca da elevação de Rondônia da condição de Território para a de Estado, proposta que seria concretizada por meio da Lei Complementar número 41, de 22 de dezembro de 1981.

O processo que envolveu os debates iniciais sobre a criação de uma nova unidade federativa e as implicações políticas, sociais e econômicas decorrentes da transformação de Rondônia em Estado foi acompanhado não apenas pela imprensa local, mas também por veículos de comunicação da chamada grande imprensa[3] como, por exemplo, as revistas *Manchete* (Rio de Janeiro, 1952-2000) e *Veja* (São Paulo, 1968-2026).

No bojo do escrutínio da narrativa formulada pela imprensa sobre esse processo, é preciso considerar, conforme ressaltado por Neves, Morel e Ferreira (2006, p.10), os periódicos não como portadores dos "fatos" e da "verdade", ou como "mero[s] veículo[s] de ideias ou forças sociais", mas como "agente[s] histórico[s] que intervém nos processos e episódios", que (re)produzem representações do

3 O emprego do termo "grande imprensa", ainda que vago e impreciso, é utilizado com o intuito de designar "o conjunto de títulos que, num dado contexto, compõe a porção mais significativa dos periódicos em termos de circulação, perenidade, aparelhamento técnico, organizacional e financeiro", e não em oposição aos periódicos de pequena tiragem, circulação restrita e estrutura diminuta. (Luca, 2008, p.149).

mundo social e atuam no campo político.

Veja, uma das principais revistas semanais em circulação na época, por exemplo, veiculou Rondônia, pela primeira vez em sua história, como capa da sua edição 696, de 6 de janeiro de 1982, poucos dias após a instalação do novo estado.

O periódico, criado pelo ítalo-brasileiro Victor Civita como um dos produtos da Editora Abril, entrou em circulação em setembro de 1968. Com sua concepção inspirada no semanário de informações estadunidense *Time*, Civita afirmou, na primeira edição veiculada da revista, que dentre os objetivos de *Veja* estavam o de manter o Brasil "bem-informado" para que não fosse mais o "velho arquipélago separado pela distância, o espaço geográfico, a ignorância, os preconceitos e os regionalismos" (Carta do Editor, 1968, p.21). Em outras palavras, naquele contexto dos idos da década de 1960, a informação seria o instrumento de *Veja* no processo de integração nacional.

O início da trajetória do semanário foi bastante atribulado, perpassado pela instabilidade comercial e pela dificuldade em se consolidar diante do público leitor (Silva, 2005). Contudo, alguns ajustes editoriais permitiram que, a partir de meados de 1969, *Veja* progressivamente se consolidasse no mercado editorial brasileiro (Villalta, 2002). Segundo João Paulo Rossatti (2015, p.141), dos primeiros anos de 1970 em diante, "as vendas aumentaram seguidamente, até atingir a marca de mais de 300 mil exemplares no início da década de 1980".

A proposta editorial de *Veja* possuía um caráter abrangente, abordando assuntos gerais, contemplando leitores de diferentes faixas de idade e renda (Rautenberg, 2011), embora seus editores tenham apontado a chamada "classe média" como o *target* preferencial da revista (Chagas, 2021, p.18), situada, especialmente, nos grandes centros urbanos do Centro-Sul do Brasil.

No que diz respeito a relação de *Veja* com o regime militar, Edina Rautenberg (2016, p.204) demonstrou como a revista "não só não foi contrária ou neutra, como também foi favorável e por vezes defendeu a ditadura militar, por se beneficiar de projetos, bem como pelas relações comerciais entre a Abril e o governo".

As ações dos governos militares empreendidas sobre a Amazônia, por exemplo, foram dotadas de atributos positivos pelo semanário, situadas como instrumentos da integração nacional e do alargamento das fronteiras econômicas brasileiras (Santos, 2019). Especificamente no caso de Rondônia, Franco (2019, p.108) assinalou como, em algumas reportagens de *Veja*, é possível "perceber a tônica do otimismo, bem como os *efeitos de sentido* destes projetos e ações,

com destaque para a construção de estradas, reportadas como o caminho para o *progresso*, e a ideia do "novo" vinculada à expansão da *fronteira oeste* (...)".

O presente artigo busca analisar a cobertura empreendida pela revista *Veja*[4] sobre o processo de criação do Estado de Rondônia entre os anos de 1980 e 1982, isto é, compreender a maneira pela qual o semanário externou sua visão sobre o contexto social, político e econômico da região, interpretou as motivações que levaram a criação da nova unidade federativa e explorou os interesses políticos-eleitorais com o surgimento da "23ª estrela na bandeira nacional" no quadro da redemocratização brasileira do início da década de 1980.

Rondônia, uma nova estrela no (far)oeste

A primeira referência sobre a transformação de Rondônia em Estado nas páginas de *Veja* ocorreu no ano de 1979, na edição 583 de 07 de novembro daquele ano, no texto "O Brasil ganhará um novo Estado", composto de apenas seis linhas, publicado na recém-criada seção "Radar" de *Veja*. A edição 583 seria apenas o terceiro número do semanário editado com esse novo segmento. Segundo José Roberto Guzzo, diretor de Redação de *Veja* à época, a proposta editorial de "Radar" ancorava-se no aproveitamento mais eficiente dos espaços do semanário, como uma forma de expor de modo mais dinâmico determinadas informações aos leitores:

> Na mesma linha de trabalho, VEJA publicou em sua edição passada, também com exclusividade e em primeira mão, a notícia de que o presidente João Figueiredo iria brevemente em visita oficial à Argentina; A informação pôde ser lida pelos assinantes de VEJA desde o domingo passado, 48 horas antes que a imprensa abordasse o assunto e se fizessem em Brasília os desmentidos de praxe. Nesta edição, VEJA pode anunciar a data da visita – e o faz em uma nova seção, que o leitor encontrará à página 31. Esta seção nasce da necessidade de se aproveitar com mais eficiência, e de maneira a facilitar sua leitura, um certo tipo de informações que a revista tem a cada semana. Trata-se de informações curtas que se esgotam em si mesmas e dispensam maiores comentários – mas que, certamente, tornam ainda mais completo o quadro noticioso de VEJA (Carta ao Leitor, 1979, p. 19).

Isto posto, em "Radar"[5] são divulgados textos breves, de natureza assertiva,

4 O levantamento do material jornalístico pertinente aos objetivos do artigo foi realizado a partir da leitura das edições de Veja publicadas no ínterim do recorte temporal estabelecido.

5 Àquela altura "Radar" não era assinada por nenhum jornalista em especial – tanto na página em que era veiculada, como no expediente da revista – de forma que não é possível identificar o(s) autor(es) dos diversos excertos que a compunham.

sobre assuntos diversos, em geral repercutindo pautas relacionadas à ordem do dia. Essas notícias são interpretadas pelo semanário como dignas de serem noticiadas, necessárias para inteirar os leitores acerca dos acontecimentos mais recentes, mas que, de alguma forma, são relegadas a um segundo plano, ou seja, sem o aprofundamento característico de reportagens publicadas em outros espaços da revista.

De acordo com texto "O Brasil ganhará um novo Estado", o governo federal promoveria, até 1981, Rondônia à condição de Estado e, por conseguinte, nas eleições parlamentares de novembro de 1982, três senadores seriam eleitos para exercer mandato pela nova unidade federativa. Conforme o periódico, a "decisão foi tomada para evitar maiores complicações administrativas no território, cujo desenvolvimento já transbordou a possibilidade de ser administrado pela União" (O Brasil ganhará um novo Estado, 1979, p.35).

No recorte analisado, *Veja* reproduziu, em diferentes momentos, tal narrativa sobre a motivação "administrativa" da transformação de Rondônia em Estado. Ao fazê-lo, o semanário não apenas reiterou o discurso propalado pelo governo federal como, sobretudo, escamoteou um de seus interesses fundamentais, isto é, a ampliação da bancada governista no Congresso Nacional.

De acordo com João Paulo Viana (2019, p.73), desde o revés da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) nas eleições para o Senado Federal em 1974, "o regime vinha tendo dificuldades para garantir maioria na Câmara Alta". Neste sentido, a transformação de Rondônia em Estado, no contexto das eleições parlamentares de 1982, asseguraria uma "grande vantagem política" para a bancada governista, dado que o novo ente federado elegeria três senadores, enquanto as demais unidades federativas renovariam apenas um terço de seus assentos no Senado (Foroni, 2014, p.30). É nesse contexto que, desde meados de 1979, a atuação do governo federal na região voltou-se, principalmente, em garantir a vitória do Partido Democrático Social (PDS) no pleito de 1982.

Embora o texto tenha dado como certa a promoção de "categoria" de Rondônia, àquela altura nenhum projeto tramitava, ou mesmo havia sido proposto, sobre a matéria no Congresso Nacional, fato que, efetivamente, somente ocorreria no ano de 1981. Contudo, os debates e os projetos sobre a transformação de Rondônia em Estado não eram necessariamente um fato novo, mas compunham um processo que vinha ocorrendo há quase duas décadas.

Nessa esteira, o senador José Kairala (PDS-AC) apresentou ao Senado

Federal, ainda em 1963, o Projeto de Lei do Senado número 128. Kairala (Brasil, 1963, p.2741-2742), ao defender seu projeto no plenário do Senado, argumentou que os Territórios Federais eram mantidos "dentro de um sistema colonialista retrógrado e ultrapassado", "feudos principescos reservados pelo Govêrno Federal aos partidários vitoriosos", diante desse cenário elevar Rondônia à condição de Estado seria alinhar-se ao "princípio revolucionário da autodeterminação" e defender a "liberdade democrática de Rondônia" significava livrar os rondonienses da "condição de párias da nacionalidade". Em sua argumentação, o senador concluiu: "Somente erigindo Rondônia à categoria de Estado, poderemos criar condições de vida próprias ao desenvolvimento – à fixação dos seus filhos, que, dentro de nossa pátria sofrem o drama aviltante de ser Colônia."

A proposta de Kairala receberia parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça em maio de 1965. O relator do projeto, Aloysio de Carvalho (PL-BA), justificou a negativa do seu parecer alegando a modesta estrutura socioeconômica do Território Federal de Rondônia, o que, por sua vez, incidiria em onerar o governo federal, tornando irrazoável a sua transformação em Estado. Isto posto, de acordo com o relator, em seus argumentos finais, embora o projeto, em seu aspecto formal, fosse "perfeitamente constitucional", o mesmo incorria em "vícios de inconstitucionalidade" ao estar em desacordo com o artigo 5º do Ato Institucional número 1, de 9 de abril de 1964, que estabelecia, privativamente, ao presidente da República a iniciativa dos projetos de lei que criavam ou a aumentavam a despesa pública, não admitindo, a esses projetos, em qualquer uma das casas do Congresso Nacional, emendas que aumentassem as despesas propostas e aprovadas pelo Presidente da República (Brasil, 1964). Diante do parecer desfavorável, a proposta de Kairala foi rejeitada em votação no plenário do Senado Federal em 11 de maio de 1965.

De acordo com Maura Leal da Silva (2024, p.30), os territórios federais criados em 1943 foram pautas permanentes nas Constituintes de 1946, 1967 e 1987-1988, assim como nas diversas plenárias do Congresso Nacional ocorridas neste ínterim, de forma que as suas respectivas elevações à categoria de estados foram precedidas de amplos debates que se estenderam ao longo de vários anos.

À revelia de qualquer projeto de lei tramitando, ou mesmo proposto, no Congresso Nacional sobre a transformação de Rondônia em Estado, isto é, da ausência de um processo destinado a legislar sobre tal matéria (Brasil, 1967), o texto de *Veja* da edição 583 já dava como certo, ainda em 1979, os desígnios

do governo federal sobre o território rondoniense. *Veja*, ao noticiar o assunto, apenas divulgava as movimentações abertas realizadas pelo governo em elevar Rondônia à categoria de Estado.

Segundo Paola Foroni (2014, p.26), com a exoneração do coronel Humberto Guedes do cargo de governador do Território Federal de Rondônia (1975-1979), o ministro do Interior, coronel Mário Andreazza indicou ao presidente da República, coronel João Baptista Figueiredo, o nome do também coronel Jorge Teixeira de Oliveira – prefeito de Manaus à época – para assumir o posto vago com a "missão" de transformar o Território em Estado.[6] Essa incumbência atribuída a Jorge Teixeira foi repercutida pelo próprio diversas vezes em periódicos rondonienses como, por exemplo, nos jornais *Alto Madeira* (Porto Velho, 1917-2017) e *O Guaporé* (Porto Velho, 1947-1990)[7] ao definir-se como um homem cumpridor de uma missão (Foroni, 2014, p.52). Entretanto, como argumentou a autora (2014, p.28), a "missão" de Teixeira, isto é, a sua atuação, seja como governador territorial ou, posteriormente, estadual, esteve fundamentalmente orientada em fortalecer e garantir a vitória do PDS em Rondônia nas eleições parlamentares de 1982.

A escolha do novo nome para o governo do Território de Rondônia foi repercutida também por veículos da "grande imprensa". É o caso da revista *Manchete* que, diferentemente de sua principal concorrente (*Veja*), deu destaque, naquele mesmo ano, ao escolhido para governar o futuro novo estado da federação. "Novo governador", publicado na seção "Gente"[8], enfatizou não apenas a figura do coronel Jorge Teixeira, mas também de sua esposa, Dona Aída, que lhe dava "todo apoio às suas iniciativas públicas". Em entrevista ao semanário da família Bloch, Teixeira sintetizaria o prognóstico de sua faina em Rondônia: "será um estado que receberá de braços abertos imigrantes para o povoamento dos seus grandes espaços vazios, mas que não permitirá o latifúndio" (Novo governador, 1979, p.56).

O cenário delineado por Teixeira para *Manchete* seria, contudo, contraposto por *Veja* em longa reportagem, de cinco páginas, no ano seguinte. Na reportagem especial, "O faroeste brasileiro", assinada por Jomar Morais[9] com fotos de Irmo Celso[10], publicada na edição 625, de 27 de agosto de 1980, o caráter "acolhedor" de Rondônia com os migrantes recém-chegados foi colocado em xeque pelo semanário.

6 A autora sustenta que Andreazza, Figueiredo e Teixeira eram velhos conhecidos, egressos do que viria a ser a Academia Militar das Agulhas Negras e ex-integrantes do Serviço Nacional de Informações (Foroni, 2014, p.26).

7 Não existem informações precisas sobre a data e as razões do encerramento das atividades d'O Guaporé. Contudo, "sabe-se que o jornal encerrara suas atividades na década de 1990" (Dias, 2020, p. 39).

8 Assim como "Radar" em Veja, a seção "Gente" de Manchete não era assinada por nenhum integrante do corpo editorial do periódico.

9 Repórter do Departamento de Informações de Veja da sucursal São Paulo.

10 Fotógrafo de Veja.

Na esteira do descrito na linha-fina[11] de "O faroeste brasileiro", a reportagem centrava-se na trajetória dos "milhares de migrantes empurrados pela esperança que enfrenta[va]m os perigos em busca de terras virgens" (O faroeste brasileiro, 1980, p.58). De acordo com a matéria, mobilizados pelo desejo de adquirirem terras – já escassas em seus locais de origem – e de enriquecerem e prosperarem naquilo que fora divulgado pela própria *Veja* na década de 1970 como o "novo Eldorado" ou "Terra da Promissão" (Franco, 2019; Santos, 2019; Souza, 2012), 250 mil brasileiros haviam marchado sobre Rondônia entre janeiro de 1977 e junho de 1980. "Atraídos pelo fascínio das terras virgens", os migrantes teriam "ânimo forte e o espírito aventureiro" comparado aos daqueles que colonizaram o oeste estadunidense. O paralelo criado pela reportagem entre a colonização de Rondônia na década de 70 e 80 do século XX e do oeste americano nos meados do século XIX atua como uma espécie de mote para contextualizar os leitores dos desafios enfrentados por aqueles que se aventuravam naquelas paragens:

> (...) muitos novos bilionários de Rondônia viveram episódios que lembram a conquista do oeste americano, num cenário emoldurado por índios e flechadas, doenças, carências generalizadas e, sobretudo, uma luta feroz pela posse da terra. Apenas 20% dos proprietários rurais do território possuem títulos de posse definitivos. Somado às deficiências da polícia e da Justiça, esse quadro ajuda a explicar a alta incidência de cenas do mais típico faroeste (O faroeste brasileiro, 1980, p. 62).

Isto posto, o título que dá nome a matéria seria uma das expressões mais translúcidas daquilo em que se convertera aquela espacialidade, "o paraíso dos jagunços", onde o "revólver na cintura é parte obrigatória da indumentária". Os números apresentados pela reportagem ilustravam o cenário *western* amazônico: em Colorado do Oeste, por exemplo, eram registrados mensalmente 30 homicídios e cerca de 20 ferimentos a bala, machado ou faca, já em Ji-Paraná mais de 100 pessoas haviam falecido em tiroteios nos últimos cinco anos.

Nesse contexto, de violentos conflitos pela posse da terra, o sonho de prosperar se convertia em uma possibilidade para poucos: "De cinquenta migrantes que chegam ao território, dois enriquecem. Os outros 48 fracassam e às vezes sucumbem nos mais primitivos precipícios da injustiça social" (O faroeste brasileiro, 1980, p.64).

A política de colonização implementada pelos governos militares sobre Rondônia conduzida, notadamente, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), ao balizar-se pela premissa do "vazio demográfico" e, portanto, da existência de um "estoque terras" consideradas "livres", gerou as

11 Pequeno excerto localizado abaixo do título da matéria. Tem por objetivo fornecer para os leitores maiores elementos sobre o conteúdo jornalístico reproduzido a seguir.

"bases para o massivo surto migratório para o Território de Rondônia nas décadas de 70 e 80" (Souza, 2011, p.19).

Para Octávio Ianni (1979, p.83), os governos militares ao estatizarem a questão da colonização na Amazônia, que já vinha ocorrendo de forma espontânea em diferentes regiões do país, engendraram uma contrarreforma agrária, favorecendo o grande capital, a grilagem e cerceando o acesso à terra por parte dos trabalhadores rurais. Essa aliança entre poder estatal e empresa privada na Amazônia favoreceram e potencializaram os conflitos pela posse e uso da terra no setentrião brasileiro:

Desde que se criaram a Sudam e o Basa, em 1966, intensificou-se cada vez mais a corrida às terras "virgens", "devolutas", tribais e ocupadas da Amazônia. Tanto negociantes de terras, grileiros, latifundiários, fazendeiros, empresários, quanto trabalhadores rurais, posseiros, colonos, muitos de diferentes partes do país e também da própria Amazônia, todos buscaram terras na região. Foi assim que se criaram e desenvolveram as condições sociais, econômicas e políticas das pendências e dos conflitos relativos à terra (...) Foram tantos os que viajaram em busca de terra, e já eram tantos os que ali se encontravam, que cresceu muito a quantidade de terra apossada. (Ianni, 2019, p. 221).

O movimento induzido pelo Estado em parceria com o grande empresariado resultou, portanto, em violentas disputas pela terra em diferentes regiões da Amazônia, como no caso de Rondônia, e que envolveram colonos, posseiros, grileiros, latifundiários, indígenas, entre outros grupos, configurando-se em um dos traços mais marcantes do processo (re)ocupação da Amazônia promovido pelos governos militares.

O intenso fluxo migratório que se projetou sobre Rondônia nas décadas de 1970 e 1980 foi estimulado não apenas pela propaganda governamental como também por diversos veículos de comunicação que dotaram de atributos positivos as ações, os desígnios e o projeto dos militares em relação à Rondônia. Gilmara Franco, ao analisar a atuação do jornal *O Globo* (Rio de Janeiro, 1925-2026) e da própria *Veja* nesse contexto, sublinhou como os materiais produzidos por esses periódicos associaram a "conquista" da fronteira oeste ao progresso, à expansão da fronteira agrícola, à ideia do "novo" e concluiu:

Assim, ao narrar o processo de conquista da selva bruta e os atos decorrentes de domá-la, as matérias jornalísticas transformam Rondônia em verdadeira

"terra da promissão": espaço em que o migrante, transmutado no pós-migração em colono e pioneiro, constituía-se em alguém que, tal como os gestores do progresso, tinham como horizonte o progresso (Franco, 2019, p.107).

Orientados pela ideia de progresso e diante das inúmeras agruras experenciadas em Rondônia, conforme apresentadas em "O faroeste brasileiro", a matéria salientou como muitos rondonienses estavam "convencidos de que só a elevação de Rondônia a Estado poderá garantir sua tranquilidade", levando-os a se mobilizarem em torno da campanha "Rondônia, uma nova estrela azul da União" (O faroeste brasileiro, 1980, p.62).

As dificuldades assinaladas – e que teriam de ser enfrentadas pelo futuro governador (coronel Jorge Teixeira) –, isto é, as disputas e conflitos pela posse da terra, rede escolar precária, inexistência de saneamento básico, as dificuldades de arrecadação e o sobrecarregamento do judiciário local, são contemporizadas pelo semanário por se tratar de "problemas que tradicionalmente afligem eldorados em gestação" e, por conseguinte, transitórios.

Isto posto, mesmo diante do panorama apresentado, as projeções sobre Rondônia na matéria resguardam certo otimismo, uma vez que o "resultado dessa batalha pela conquista do país é a instalação do progresso". Em síntese, assim como o ocorrido no *farwest* estadunidense, a "colonização" do faroeste brasileiro ainda renderia portentosos frutos à sociedade brasileira: "A caminhada para o oeste é mais uma evidência de que, apesar das crises econômicas, o Brasil, por suas peculiaridades físicas, dispõe de energias desconhecidas e inexploradas como suas terras virgens" (O faroeste brasileiro, 1980, p.64).

A reportagem repercutiu entre os leitores da revista algumas edições depois, o que pode ser evidenciado pela publicação de três missivas sobre o texto na seção "Cartas" de *Veja*. Inicialmente no número 627, de 10 de setembro de 1980, onde duas epístolas foram publicadas. A primeira dessas missivas foi escrita pelo leitor Jorge Baleeiro de Lacerda, de Francisco Beltrão (PR), que, atônito com a dura realidade experenciada em Rondônia, questionou: "Se em cada cinquenta migrantes, fracassam 48, como informou sua reportagem, permitam-me dizer que a colonização de Rondônia é contraproducente. Resta perguntar quem, então, lucra com tanto desmatamento" (Faroeste, 1980, p.11).

Os periódicos que se utilizam da seção "Cartas" buscam, por meio dela, construir uma relação mais direta com os seus leitores, que podem interagir com os veículos independentemente da região, do grau de instrução e da atividade

profissional do remetente, constituindo-se, a priori, em um espaço aberto para os comentários e opiniões dos leitores (Santos, 2019, p.170). Embora o envio de cartas seja possível de ser realizado por qualquer leitor, é necessário assinalar que até a publicação das epístolas existe um processo de filtragem e que, portanto, as missivas selecionadas são publicadas no âmbito de certas lógicas e interesses. Neste sentido, por exemplo, as cartas divulgadas são eventualmente instrumentalizadas para reiterar o discurso do veículo, mantendo os leitores vinculados a um cabedal de conhecimentos que não extrapole ou não os leve a questionarem a linha editorial proposta (Costa, 2015, p.93). *Veja* não é exceção a essa prática e chegou a utilizar os seus leitores para corroborar seus pontos de vista e mantê-los vinculados ao esquema de raciocínio proposto pelo semanário (Santos, 2019, p.170). No caso de Rondônia, Flávio Costa (2015, p.92) identificou que a maioria das cartas publicadas em *Veja* como respostas e/ou comentários às matérias produzidas sobre a região na década de 1980 estiveram em consenso com as reportagens a que se referenciaram.

Em que pese a possibilidade de seleção de escritos de qualquer remetente, não é possível desconsiderar que a influência, seja política ou econômica, favorece a publicação das cartas de determinados missivistas (sobretudo em um contexto ditatorial) quando os argumentos construídos pelo periódico se contrapõem ou ferem os interesses de alguns dos seus eminentes leitores.

Este é o caso de "O faroeste brasileiro" que – diferentemente da recepção do leitor paranaense de *Veja* que diante da tônica da reportagem questionou o modelo de ocupação em Rondônia – repercutiu negativamente entre a classe política rondoniense. Nessa esteira, ainda na edição 627, o então prefeito de Ji-Paraná (RO), Assis Canuto (PDS), criticou a postura do semanário por não retratar a "verdadeira face de Rondônia", o que teria ocasionado "forte reação entre a população que, com sacrifício, assumiu a árdua tarefa de incorporar a região ao processo de desenvolvimentista do Brasil" (Faroeste, 1980, p.11).

Quatro edições depois da publicação de "O faroeste brasileiro", a reportagem receberia críticas ainda mais ásperas, dessa vez do então governador do Território, coronel Jorge Teixeira:

> Acostumados a ver nessa prestigiosa revista seriedade e senso nas reportagens que enfocam aspectos da problemática brasileira, fomos surpreendidos com a matéria divulgada sob o título "Faroeste brasileiro" (VEJA, nº625). A matéria não retrata a verdadeira face de Rondônia, quando uma população pioneira e progressista, com sacrifício e patriotismo, assume a árdua tarefa de incorporar essa região ao processo desenvolvimentista do Brasil, transformando-a na mais nova fronteira agrícola (Rondônia, 1980, p.10-12).

em caso de uma eventual candidatura.

Embora Paulo Maluf não tenha efetivamente proposto sua candidatura por Rondônia, a intenção de ocupar cargo eletivo pelo futuro estado foi compartilhada por figuras políticas de outras regiões do país. O caso mais emblemático foi o de Múcio Athayde, empresário e ex-Deputado Federal pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) de Minas Gerais (1963-1964).

Para a consecução de seus objetivos, Athayde buscou se envolver mais diretamente com a política rondoniense. Primeiro, ao se filiar ao PMDB-RO sendo, posteriormente, eleito para o cargo de secretário geral do partido naquela seccional e, segundo, com a aquisição do jornal portovelhense *O Guaporé* no ano de 1981. De acordo com Vinícius Dias e Marcos Silveira (2022, p.207), "a compra de *O Guaporé* foi totalmente atrelada ao pleito de 1982", uma vez que Athayde o "utilizou como ferramenta eleitoral, para fazer sua propaganda política e fazer oposição ao governo, publicando críticas para diminuir a influência do PDS e de Teixeira no Estado, nas eleições de 1982" (Foroni, 2014, p.92).

As finanças e o interesse eleitorais de Athayde chamaram a atenção da Receita Federal e de *Veja*. Conforme o texto de "Na boca do leão", o empresário havia deixado de declarar o imposto devido nos últimos quatro anos. Entretanto, as suas intenções em ocupar cargo eletivo o fizeram cair na "malha fina":

> Agora, o empresário quer voltar à política, decidido a conquistar uma cadeira no Senado pelo futuro Estado de Rondônia. Por 72 milhões de cruzeiros, comprou o jornal *O Guaporé*, arrendou o diário *O Alto Madeira* e se apossou da secretaria geral do PMDB – o partido que, naquela região, venceu as três últimas eleições, Athayde não contava, com este gesto, atrair a atenção do governo – que, na caça aos votos de 1982, soltou em campo o "leão" (Na boca do leão, 1981, p. 24).

As informações apresentadas em "Na boca do leão" ensejaram uma resposta de Múcio Athayde à *Veja* em carta publicada na edição 691, de 2 de dezembro de 1981. Mais longa que as missivas habitualmente publicadas pela revista, o empresário fez "retificações" minuciosas sobre o conteúdo divulgado anteriormente pelo semanário. Sobre sua relação com Rondônia, Athayde assinalou:

> O valor pelo qual comprei o jornal *O Guaporé* em Rondônia foi de 19 milhões e não de 72 milhões de cruzeiros. Quanto ao jornal *O Alto Madeira*, nunca o arrendei. Não me apossei da secretaria geral do PMDB – fui sim, eleito, por unanimidade, para esse cargo (Múcio Athayde, 1981, p. 10).

A lógica e os argumentos das epístolas de Canuto e Teixeira são bastante similares e indicam uma narrativa "deturpada" de *Veja* sobre a realidade rondoniense, incapaz de apreender os desafios enfrentados por sua população. As missivas dos pedessistas, Canuto e Teixeira, não foram apenas respostas ao "prejuízo" a "verdadeira face de Rondônia" causado pela reportagem, mas a própria ação do governo federal na região. O discurso sobre Rondônia como o "faroeste brasileiro" na principal revista semanal do período certamente confrontava a imagem que o governo e, por conseguinte, o PDS buscavam instituir acerca de Rondônia, sobretudo, com o avizinhamento e os interesses do PDS rondoniense nas eleições de 1982 (ainda que se deva considerar a destinação eminente externa de *Veja*).

Após a publicação de "O faroeste brasileiro", a presença de Rondônia nas páginas de *Veja* foi bastante restrita. Somente partir de meados de 1981, às vésperas da propositura na Câmara dos Deputados do Projeto de Lei Complementar nº 221[12], é que Rondônia tornou a aparecer de forma um pouco mais recorrente nas páginas da revista, especialmente no que tangia as disputas e implicações políticas para o pleito eleitoral vindouro de 1982.

Destarte, na "Radar" da edição 673, de 29 de junho, *Veja* noticiou as intenções do então governador de São Paulo, Paulo Maluf, em propor candidatura pelo futuro estado de Rondônia:

> O governador Paulo Salim Maluf poderá ser candidato a deputado federal pelo futuro Estado de Rondônia. Assim, poderá deixar o Palácio dos Bandeirantes direto para a Câmara, sem perder um só dia de mandato eletivo e imunidade política. Rondônia, por ser um novo Estado, não exigirá domicílio eleitoral dos candidatos que disputarão sua bancada federal. E Maluf, candidatando-se por outro Estado que não seja São Paulo, não é obrigado a cumprir os seis meses de desincompatibilização que o deixariam fora do Palácio de 15 de novembro do próximo ano (Maluf quer ser deputado por Rondônia, 1981, p. 29).

O interesse de Maluf em se candidatar por Rondônia foi retomado, novamente, na seção "Radar" da edição 675, de 12 de agosto. De acordo com o semanário, o governador paulista solicitara, junto a Fundação do Desenvolvimento Administrativo, órgão ligado à Casa Civil do Palácio dos Bandeirantes, um relatório intitulado "Estudo Jurídico das Consequências da Transformação do Território de Rondônia em Estado" para se familiarizar sobre as particularidades rondonienses

12 Projeto apresentado ao Congresso Nacional em agosto de 1981, em decorrência da Mensagem Presidencial número 319/1981, com o objetivo de criar o Estado de Rondônia.

No pleito de 1982, Múcio Athayde se elegeria como o deputado federal mais votado por Rondônia com 24.338 votos. Uma vez tendo alcançado seus objetivos, o empresário não retornou mais a Rondônia mudando, em 1983, seu domicílio eleitoral para o Distrito Federal e devolvendo, em 1985, *O Guaporé* ao seu antigo proprietário por não ter cumprido com o pagamento acordado (Foroni, 2014).

Na esteira do que pontuou Flávio Costa (2015, p.67), *Veja* ao noticiar os casos de Maluf e Athayde indicava, em sua "cobertura" política sobre Rondônia, a região como um "novo" espaço político, aberto, inclusive, às pretensões eleitorais de figuras de outras unidades federativas.

A partir de meados de 1981 a proposta de criação do Estado de Rondônia passaria a tramitar no Congresso Nacional por meio do Projeto de Lei Complementar 221 em decorrência da Mensagem Presidencial número 319 daquele mesmo ano. Embora, a partir da leitura dos discursos no plenário, o governo (representado mormente pelo PDS) e os partidos de oposição (notadamente o PMDB) convergissem quanto a aprovação da proposta, as particularidades do pleito eleitoral em Rondônia motivaram virulentas divergências entre o governo e a oposição. O ponto fulcral do dissenso esteve relacionado a (não) realização de eleições diretas para a chefia do Executivo rondoniense.

A proposta de projeto da base governista contemplava a supressão de eleição para o cargo de governador do novo estado em 1982. Destarte, o governador do Território, coronel Jorge Teixeira, deveria ser reconduzido, sem pleito eleitoral, para a função no futuro estado de Rondônia. Ademais, nos termos do proposto, Jorge Teixeira, no gozo de suas funções, deveria legislar por decreto-lei até a promulgação de uma Constituição Estadual. Os congressistas do PDS sustentavam seu argumento com base no "bom uso" do dinheiro público, proporcionado pela presença de um "homem de confiança" do governo, assegurando uma transição tranquila e eficiente. Segundo o deputado Federal Isaac Newton (PDS-RO), a oposição que, em suas palavras, sustentava "defender" a transição, na verdade tumultuava o processo pois a "alegação de que o Governador continuará a ser o mesmo nomeado, mesmo temporariamente, é tão irracional quanto mantê-lo como Território, como Governador nomeado, como vem ocorrendo há 38 anos" (Brasil, 1981, p. 15066).

A oposição, por sua vez, reiterava a arbitrariedade e inconstitucionalidade

do projeto, solicitando a aprovação do Substitutivo no Congresso com o intuito de corrigir os alegados "vícios" contidos na proposta governista. Durante a votação do projeto em plenário, a oposição, encabeçada pelo PMDB, argumentou, dentre outras coisas, que com o projeto "não se cria[va] um Estado; cria[va]-se um feudo em favor de um apaniguado Governo" (Brasil, 1981, p.15065). Segundo o deputado federal Fernando Cunha (PMDB-GO), o projeto era um "monstrengo da ditadura", uma "anti-lei", "feito, exclusivamente, para nomear um governador 'biônico', para impedir que Jerônimo Santana seja eleito Governador do Estado" (Brasil, 1981, p. 15066).

Após longa e acalorada discussão, o Substitutivo proposto pelo PMDB foi rejeitado em Plenário. Como uma forma de protesto, o líder do PMDB, deputado Odacir Klein (RS), comandou a retirada da bancada pemedebista da votação do projeto de Lei Complementar que, por fim, seria aprovado, nos termos do que foi pleiteado pela base governista, com 226 votos.

A retirada da bancada pemedebista se insere num contexto de diversos atritos que vinham ocorrendo entre governo e oposição no final do ano de 1981. As desavenças entre as partes foram repercutidas na matéria "Um Natal feliz", edição 694 de *Veja*, de 23 de dezembro de 1981. Segundo *Veja*, o Natal de 1981 iniciava-se com a vitória do PDS nos dois primeiros *rounds* das eleições de 1982: com a aprovação do Projeto de Lei das Inelegibilidades e da elevação de Rondônia à categoria de Estado (de acordo com a proposta pedessista).

Embora o caso rondoniense tenha ensejado fervorosas discussões no Congresso Nacional ao longo de 1981, *Veja* pouco enfatizou a questão, que foi apresentada como apenas mais um componente do tenso cenário político que circundava as eleições vindouras de 1982. Algumas poucas linhas foram dedicadas a tal temática em "Um Natal feliz" e que realçaram, sobretudo, a derrota e a retirada dos pemedebistas do plenário. Em síntese, o semanário assinalou: "a oposição saiu e Rondônia passou" (Um Natal feliz, 1981, p. 23).

Poucos dias após a instalação do Estado de Rondônia, em 4 de janeiro de 1982, *Veja* veiculou a nova unidade federativa como capa de sua edição número 696, de 10 de janeiro daquele ano, com o título: "Rondônia, uma nova estrela no Oeste". Pela primeira vez, nos treze anos de existência do semanário, Rondônia foi o destaque principal de uma edição da revista. A reportagem de capa, "As promessas do oeste", composta por seis páginas, com diversos mapas e

fotografias, foi assinada pelo jornalista Hélio Teixeira[13] com imagens de Nani Gois.

Conforme ponderou Tânia de Luca (2008, p. 140), o pesquisador de periódicos trabalha com o que se tornou notícia, sendo necessário considerar não apenas as "motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa", como também "atentar para destaque conferido ao acontecimento", pois a relevância de uma matéria de capa ou de uma reportagem especial é distinta daquelas produções veiculadas em outros espaços de um periódico.

Entre 1980 e 1982, a presença de Rondônia em *Veja* se deu, majoritariamente, nos excertos de "Radar" e em matérias em que apareceu subsidiariamente. Neste ínterim, "O faroeste brasileiro" (reportagem especial) e "As promessas do oeste" (matéria de capa) foram as duas únicas reportagens de maior envergadura produzidas pelo semanário sobre Rondônia. Entretanto, a narrativa produzida pela revista em ambas incorporou nuances diversas.

Enquanto na primeira das reportagens sobressaem-se os problemas advindos da colonização recente em Rondônia como, por exemplo, as dificuldades do acesso à terra, a violência e a infraestrutura precária (ainda que se conserve uma perspectiva positiva sobre o futuro da região), na segunda matéria, publicada cerca de um ano e meio após "O faroeste brasileiro", os problemas apontados outrora se diluem em uma narrativa fundamentalmente otimista. Neste sentido, na linha fina de "As promessas do oeste", o semanário assinalou: "A elevação de Rondônia a Estado abre uma nova rota de esperanças para os migrantes e para a consolidação do desenvolvimento brasileiro". Ademais, ao longo do texto indicam-se "as riquezas da nova fronteira", apresentou-se a região como "rica em oportunidades", o "Estado do futuro", a nova "Malásia Brasileira", o "Eldorado", por fim como um espaço que "inaugura[va] ruidosamente um tempo de promessas e esperanças".

As motivações para a criação do novo ente federado são, novamente, situadas pela revista no campo da "gestão administrativa". Como afirmou Costa (2015, p.78), "a maneira como é explicada a necessidade de criação de Rondônia coloca como se fosse só uma questão de planejamento econômico e político, sem nenhum interesse a não ser o desenvolvimento da nação", ocultando os interesses eleitorais do governo federal em ampliar sua base de apoio em um Congresso Nacional cada vez mais dividido:

13 Chefe do Departamento de Informações de Veja, seccional de Curitiba.

> Foi justamente a concentração de causas judiciais em turmas especiais da Justiça em Brasília que primeiro despertou a atenção do governo federal para Rondônia, há três anos e meio, e acabou acelerando sua entrada como a 23ª estrela da bandeira nacional. E é sistematicamente nas fronteiras econômicas que começam as reformas sociais na conservadora sociedade brasileira (As promessas do oeste, 1982, p. 58).

De acordo com o texto, os debates acerca da redefinição do mapa brasileiro – com a criação recente do Estado do Mato Grosso do Sul (1977), o caso rondoniense, as possibilidades da criação do Território ou Estado do Tocantins e do surgimento de outra unidade federativa no Norte do país – são situados como produtos da ação da "direita" em seu compromisso social e econômico com o país:

> Com a criação de novos espaços, riquezas e oportunidades e esperanças, a direita paga a sua conta social no Brasil, num movimento que deu certo no Paraná, há trinta anos e, parecia ter se esgotado. Antes que surgisse uma revolução social no país, contudo, a direita enxergou novas possibilidades com Rondônia, Mato Grosso do Sul e o complexo de Carajás no Norte. Essa região, caso seu desempenho se mantenha, chegará ao século XXI como o lugar onde viverão 20% da população e outro tanto da renda nacional (As promessas do oeste, 1982, p. 57).

A ação da "direita", contudo, não foi executada sem que a "esquerda" colocasse seus óbices à redefinição do mapa brasileiro traduzidos no que o semanário chamou de "lenda esquerdista", isto é, o argumento "de que fronteira produzirá a saída do atoleiro à custa da exploração subumana dos agricultores e mineradores (...) a tese da esquerda pela qual a vida dos mais pobres piora sempre". A própria matéria se prontificou a refutar a "lenda esquerdista" ao assinalar que "cada cidadão que vive hoje no Centro-Oeste e Norte do Brasil tem dois terços da renda de um brasileiro médio. Em 1950 tinha apenas metade" (As promessas do oeste, 1982, p. 57). Não há no texto de Hélio Teixeira uma definição sobre o que está se chamando de "direita" e "esquerda", em que pese seja nítida a associação da primeira com a ditadura militar e seus apoiadores, e da segunda com os "opositores" do regime.

Embora *Veja* tenha se apresentado como uma defensora da abertura democrática, é preciso considerar que, na esteira do que assinalou Carla Silva (2005, p.64-65), mesmo durante esse processo, o semanário externou manifestações positivas sobre a ditadura militar: "É relevante que, na eleição de Tancredo, mesmo no contexto de abertura, a revista abriu espaço para Médici e Golbery, com a intenção de recuperar "*momentos positivos*" de seus governos".

Ademais, de acordo com Edina Rautenberg (2011), em diferentes momentos durante o processo de abertura, *Veja* buscou não confrontar diretamente o regime, avalizando o projeto distensionista a partir do próprio governo, condenando as ações da oposição que pudessem "interferir" na continuidade do projeto. Tal posicionamento pode ser visualizado pelo editorial de José Roberto Guzzo publicado em 25 de outubro de 1978:

> É preciso, urgentemente, reconhecer que a multiplicação de críticas ao arbítrio é apenas um sinal de que há espaço para o trabalho do MDB. Confundir essa oportunidade de consolidar a abertura democrática com o desejo de uma derrocada da administração é a maneira mais simples de colocar em xeque a existência de uma oposição séria – e, também, de minar um patrimônio eleitoral juntado com tantas dificuldades (Carta ao Leitor, 1978, p. 19).

A revista direcionou críticas mais ásperas ao governo federal apenas nos momentos em que julgou ameaçada ou postergada a possibilidade da abertura, como veiculado no editorial de 2 dezembro de 1981 que repercutiu o "Pacote de Novembro"[14]:

> Sem conseguir fazer duas eleições seguidas com as mesmas regras, e complicando-as a ponto de torná-las incompreensíveis para a maioria dos eleitores, o governo apenas continua tornando clara sua incompatibilidade visceral com a idéia de um dia ceder o poder a quem esteja de fora (Carta ao Leitor, 1981, p. 19).

O "caso rondoniense" corrobora, por um lado, como, no desenrolar do processo de redemocratização no Brasil, a revista seguiu abrindo espaços para enaltecer os feitos da ditadura que, no caso em questão, em seus movimentos executados no tabuleiro geopolítico brasileiro[15], buscava expandir as fronteiras econômicas nacionais: "os acontecimentos que permitirão ao Brasil sair da crise estão acontecendo hoje a cinco horas de jato de São Paulo, em lugares aparentemente exóticos como Rondônia".

14 O "Pacote de Novembro" refere-se a uma série de mudanças na legislação eleitoral aprovadas no Congresso Nacional, por decurso do prazo, no final de 1981 com o objetivo de fortalecer o PDS nas eleições vindouras de 1982. Dentre as principais medidas que integraram o Pacote estavam a proibição das coligações eleitorais e o voto vinculado (a obrigatoriedade de se votar em candidatos do mesmo partido para os cargos de governador, senador, deputado federal, deputado estadual, prefeito e vereador).

15 Enfatizou-se a ação do governo Geisel com a fusão da Guanabara com o Rio de Janeiro (1974) e a criação do Mato Grosso do Sul (1977).

Por outro lado, a revista se privou, em diversos momentos, de confrontamentos mais incisivos à instrumentalização de medidas arbitrárias por parte do governo federal, como em relação ao casuísmo eleitoral que resultou na indicação de governador biônico em Rondônia, como uma forma de "resguardar" a continuidade do projeto distensionista. Essa postura pode ser ratificada pelo posicionamento do deputado Thales Ramalho (PP-PE) que, ao rememorar os eventos que levaram a propositura do Pacote de Novembro, indicou que a "oposição errava ao obstruir o projeto que cria Rondônia" (Embrulhou-se a eleição, 1981, p. 21-22), o que teria contribuído no acirramento dos ânimos que levaram ao recrudescimento do governo. De acordo com o ex-presidente Ernesto Geisel (1974-1979), o governo acertava ao instituir o Pacote, acusando a oposição de "pôr as mangas de fora muito cedo", materializando o receio expresso no editorial de Guzzo de outubro de 1978. O ex-presidente, em entrevista a *Veja*, apontou o "caso Rondônia" como um dos elementos da escalada da tensão política no final de 1981:

> Aliás, sempre que o governo pretende negociar alguma coisa, repete-se essa intransigência. Ora, veja se havia cabimento na obstrução do projeto que cria o Estado de Rondônia? A oposição não queria que o governador nomeado para um Estado em formação pudesse emitir decretos-leis. No entanto, há pouco tempo, no caso da fusão do Rio de Janeiro e no caso do desmembramento de Mato Grosso, isso foi conseguido. Não havia aí uma questão de divergência administrativa ou em torno da melhor maneira de gerir o bem público. O que havia era intransigência mesmo. (Embrulhou-se a eleição, 1981, p. 22).

Flávio Costa (2015, p.70), ao analisar a presença de Rondônia nas páginas de *Veja* ao longo da década de 1980, destacou o ano de 1982 como o paroxismo de textos que relacionam política e Rondônia, justamente por se tratar do ano da instalação da nova unidade federativa e das eleições gerais de 1982. Segundo o autor (2015, p.72), após a divulgação de "As promessas do Oeste", a revista produziu diferentes reportagens que repercutiram, sobretudo, a relevância de Rondônia para os interesses políticos do PDS ou, nas suas palavras, "os conchaves políticos que estão se formando para fortalecer o partido do governo federal" na região, dimensão pouco explorada até as vésperas da eleição de 1982:

> Passando por informes básicos e o ponto de vista de pessoas importantes, os textos desse ano trabalharam com informações referentes a políticos e às eleições de 1982. E nesse ponto é importante destacar que os textos sempre fazem observações para questões relacionadas ao PDS, partido do governo federal e que tem grande importância na região norte e, principalmente, em Rondônia (Costa, 2015, p. 71).

Nesse diapasão, duas matérias merecem destaque. A primeira delas, publicada na edição 725, de 28 de julho de 1982, "Um novo *front*: Eleições na Amazônia atraem coronéis", que destacou, inicialmente, a decisão do coronel Carlos Augusto de Godoy em candidatar-se ao Senado pelo PMDB-RO, para, em momento posterior, assinalar a presença do "exército de militares", majoritariamente do PDS, "que ocupam a política da Amazônia desde 1964".

As eleições ocorridas em 1978 demonstraram, para o governo federal, a força do MDB no Norte do Brasil. Dos 28 deputados eleitos, por meio de voto popular direto, por Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima, 11 pertenciam ao MDB. Em um quadro mais amplo, o MDB emplacou 189 deputados federais, 45% dos assentos da Câmara dos Deputados.

Para o pleito de 1982, já com o fim do bipartidarismo, as previsões de vitória da oposição na Amazônia, como no caso de Rondônia, se mostravam ainda maiores. Do ponto de vista do governo, a região convertia-se, portanto, num espaço político estratégico. Em "Um novo *front*", o tenente-coronel Sebastião Rodrigues de Moura, o famigerado "Major Curió"[16], candidato a deputado federal pelo Pará, destacou a importância da região para os interesses do governo: "'Não seria interessante entregar os minérios da Serra dos Carajás à oposição', argumenta, prometendo fiscalizar a ação de religiosos na Amazônia. 'Pregar a luta de classes não é missão da Igreja'" (Um novo front, 1982, p. 26).

Outro texto que merece destaque é "Planalto abre bolsa de apostas", divulgado em "Radar", na edição 733, de 22 de setembro daquele ano. No texto, veiculado cerca de dois meses antes das eleições gerais de 1982, *Veja* apresentou os palpites de duas figuras do alto escalão governamental – general Octávio Medeiros (chefe do Serviço Nacional de Informações) e Heitor Ferreira (secretário particular do presidente da República) – sobre os pleitos para os governos estaduais, especialmente no que dizia respeito as previsões de vitória do PDS nos 22 estados onde realizar-se-iam eleições.

Nos prognósticos de Medeiros e Ferreira, o PDS foi apontado como o favorito a vencer a maioria dos embates para os governos estaduais (em que pese não tenham sido divulgados os locais dos possíveis triunfos pedessistas). Entretanto,

16 Sebastião Rodrigues de Moura (1934-2022), o "Major Curió", atuou no combate à Guerrilha do Araguaia, sendo apontado como responsável por diversos crimes como homicídio, tortura e ocultação de cadáver.

o "bolão" do Planalto incluía "também a escolha do senador[17] por Rondônia", o que indica o caráter estratégico do pleito ali realizado, equiparado às escolhas das chefias dos executivos estaduais.

Com a criação de Rondônia, o coronel Jorge Teixeira buscou fortalecer o partido do governo, por meio das obras que realizou, e empenhou-se em campanha exaustiva em favor dos candidatos do PDS com objetivo de mudar a característica da região de apoio aos pemedebistas (Foroni, 2014, p. 28). Nas eleições de 1982, Jorge Teixeira – o "homem cumpridor de uma missão" – demonstraria êxito na tarefa que lhe fora atribuída em Rondônia. Naquele pleito os três senadores eleitos pela nova unidade federativa viriam do PDS: Claudionor Roriz, Galvão Modesto e Odacir Soares. A vitória pedessista contemplou ainda a derrota de Jerônimo Santana para o Senado e a conquista de cinco das oitos cadeiras disponíveis para o novo Estado na Câmara dos Deputados.

Conforme pontuado por Souza (2011, p. 26), os resultados da política de ocupação de Rondônia e da criação do Estado se efetivaram como instrumentos políticos decisivos para o triunfo do PDS na região. O INCRA, em especial, se demonstrou um importante "curral eleitoral", tendo vários de seus funcionários eleitos, à exemplo de seu ex-coordenador Galvão Modesto.

Em um plano regional, a eleição dos três pedessistas em Rondônia equilibrou o "jogo das cadeiras" entre o PMDB e o PDS no Norte do país, uma vez que os outros três senadores escolhidos pelo sufrágio universal por Acre, Amazonas e Pará pertenciam ao PMDB. Por sua vez, no contexto nacional, Rondônia desequilibrou a correlação de forças na Câmara Alta em favor do PDS: dos 25 senadores eleitos em 1982, 15 seriam do PDS (três por Rondônia) e 10 da oposição (nove do PMDB e um do PDT), ampliando a margem de diferença da bancada governista no Senado.

17 Não é possível determinar se o apontamento feito pela revista para eleição do "senador" por Rondônia, no singular, e não dos três senadores que efetivamente seriam eleitos, tenha sido motivado por erro de digitação ou por equívoco. Entretanto, cumpre destacar que em outro momento a revista indicou o número de vagas correto a serem preenchidas por Rondônia na disputa pelo Senado.

Considerações finais

Em um panorama geral, a cobertura de *Veja* entre 1980 e 1982 sobre o processo que culminou na criação do estado de Rondônia foi bastante pontual. A maioria dos textos veiculados no período ou tiveram caráter estritamente noticioso – como, por exemplo, os excertos de "Radar" – ou abordaram a temática de forma subsidiária. A presença restrita de Rondônia nas páginas de *Veja* não pode ser percebida desvinculada do público-alvo majoritário da revista situado no Centro-Sul do país e, portanto, do baixo interesse em relação a pauta e o seu pequeno apelo comercial. Esse elemento pode ser corroborado com a observação do aumento da recorrência de Rondônia em *Veja* justamente quando os interesses políticos relacionados a nova unidade federativa, com a aproximação das eleições gerais de 1982 (de figuras políticas e/ou dos partidos), se tornam mais manifestos, ou seja, quando esteve relacionada a uma dimensão "nacional".

No âmbito de nosso recorte, apenas duas reportagens esquadrinharam de maneira mais minuciosa a "temática Rondônia": "O faroeste brasileiro" e "As promessas do oeste". Embora guardem características diversas, em ambas, em diferentes proporções, é possível visualizar uma perspectiva otimista quanto ao futuro da região, mesmo quando sobressaíram críticas ao modelo de ocupação promovido em Rondônia. Notadamente em "As promessas do oeste" é possível perceber a continuidade de um discurso empreendido por *Veja* sobre Rondônia na década de 1970, do alargamento das fronteiras econômicas, da expansão da fronteira agrícola, da região como "Novo Eldorado".

Nesse sentido, é preciso considerar que a narrativa empreendida por *Veja* sobre Rondônia – entrelaçada a propaganda governamental – operou como um elemento que contribuiu para o intenso fluxo migratório que se projetou para a "nova estrela no oeste" na década de 1980. O semanário ao divulgar Rondônia em matizes idealizadas, promissoras e argentárias, fomentou o sonho de milhares de migrantes por terras e novas oportunidades.

Do ponto de vista político, o semanário pouco abordou as querelas que envolveram a criação do novo estado, e silenciou quanto às críticas da oposição a respeito das particularidades do projeto (enquanto "monstrengo da ditadura" ou "anti-lei") e sobre os interesses políticos do PDS com a mudança de "estatuto" de Rondônia que foi repercutida por *Veja*, exclusivamente, como um sintoma do

dinamismo socioeconômico experenciado na região, reiterando sua defesa de uma abertura política dentro da institucionalidade programática dos governos militares. Em contrapartida, a revista buscou, sobretudo, valorizar a ação do governo federal – ou como assinalado pela revista, da "direita" – que, em lugares como Rondônia, criava os "novos espaços de riquezas e oportunidades e esperanças", colaborando para a construção dos "elementos que permitirão ao Brasil sair da crise".

Referências

Fontes

a) Legislação e afins

BRASIL. Ato Institucional número 1, de 9 de abril de 1964. Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e a Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução vitoriosa. **Diário do Congresso Nacional**. 9. abr. 1964. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm. Acesso em: 15. jun. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm. Acesso em: 15. jun. 2025.

BRASIL. **Diário do Congresso Nacional**. Seção I, Ano XXXVI, n.168, 17. dez. 1981.

BRASIL. Projeto de Lei do Senado número 128, de 1963. Eleva o Território Federal de Rondônia à categoria de Estado e dá outras providências. **Diário do Congresso Nacional**. Seção II. 8. out. 1963 Disponível em: https://legis.senado.leg.br/diarios/ver/10636?sequencia=5. Acesso em: 15. jun. 2025.

BRASIL. Projeto de Lei do Senado, número 252, de 1955. Muda a denominação de Território Federal do Guaporé para Território Federal de Rondônia. **Diário do Congresso Nacional**. Seção I. 12. maio. 1955. Disponível em: https://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD12MAI1955.pdf#page=26. Acesso em: 15. jun. 2025.

b) Reportagens

AS PROMESSAS do oeste. **Veja**, n.696, 6. jan. 1982.

CARTA ao leitor. **Veja**, n.529, 25. out. 1978.

CARTA ao leitor. Veja. n.581, 24. out. 1979, p.19.

CARTA ao leitor. **Veja**, n.691, 2. dez. 1981.

CARTA do Editor. **Veja**, n.1, 11. set.1968.

EMBRULHOU-SE a eleição, **Veja**, n.691, 2. dez. 1981.

FAROESTE. **Veja**. n.627, 10. set.1980.

JORGE Teixeira: O governador do novo Estado de Rondônia. **Manchete**, n.1550, 2. jan. 1982.

MALUF quer ser deputado por Rondônia. **Veja**. n.673, 29. jun. 1981.

MÚCIO Athayde. **Veja**. n.691, 2. dez. 1981.

NA BOCA do leão. **Veja**. n.693, 16. dez. 1981.

NOVO governador. **Manchete**. p.56, n.1747, 16. jun.1979.

O BRASIL ganhará um novo Estado. **Veja**, n.583, 7. nov.1979.

O FAROESTE brasileiro. **Veja**. n.625, 27. ago. 1980.

RONDÔNIA. **Veja**. n.629, 24. set. 1980.

UM NATAL feliz. **Veja**. n.694, 23. dez. 1981.

UM NOVO front. Veja. n.725, 28. jul. 1982.

Bibliografia

CHAGAS, Beneângelo Soares. **As economias do tempo em tempos de economia**: um Brasil nas publicidades da revista Veja. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021.

COSTA, Flávio Leite. **A construção de Rondônia nos textos da revista Veja durante a década de 1980**. Dissertação (Mestrado em História, Direitos Humanos, Território e Cultura na América Latina) - Universidad Pablo Olavide, Sevilha, 2015.

DIAS, Vinícius Rodrigues. **O conceito de Político na Redemocratização pelas páginas do Alto Madeira e O Guaporé em 1983**: notícias sobre a ALE/RO. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020.

DIAS, Vinícius Rodrigues; SILVEIRA, Marcos Cesar Borges da. Democracia com ou sem aspas: a Convenção do PMDB rondoniense de 1982 nos impressos *Alto Madeira* e *O Guaporé*. **Revista Brasileira de História da Mídia**. v.11. n.1, p.200-218, 2022. Disponível em: https://revistas.ufpi.br/index.php/rbhm/article/view/12274/8307. Acesso em: 25. jun. 2025.

FORONI, Paola Conceição. **Jorge Teixeira, primeiro governador do Estado de Rondônia: imprensa e cordialidade** (1979-1982). Dissertação (Mestrado em História e Estudos Culturais) - Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2014.

FRANCO, Gilmara Yoshihara. A construção do "Brasil potência": a propaganda de estímulo à migração para o Norte do Brasil – um estudo a partir do caso de Rondônia. **História Unisinos**. v.23. n.1. p.96-109, 2019. Disponível em: https://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/hist.2019.231.09/60746897. Acesso em: 15. jun. 2025.

IANNI, Octávio. **A ditadura do grande capital**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

IANNI, Octávio. **Ditadura e Agricultura**: O desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008, p.111-153.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia Maria Ressone da C. (Orgs). **História e Imprensa**: Representações culturais e práticas de Poder. Rio de Janeiro: DP&A/Faperj, 2006

RAUTENBERG, Edina. **A revista Veja e as empresas da construção civil (1968-1978)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2011.

RAUTENBERG, Edina. *Veja* como a Abril se consolidou durante a ditadura civil-militar brasileira... In: CORRÊA, Maria Letícia; CHAVES, Mônica Piccolo Almeida; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta (orgs.) **História econômica e imprensa**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016, p.199- 221.

ROSSATTI, João Paulo. **A democracia em disputa**: as várias faces da democracia na revista Veja (1979-1989). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade

Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2015.

SANTOS, Alex Filipe Gomes dos. **Entre velhas quimeras e novas esperanças**: As representações da Amazônia nas páginas de *Veja* (1969-1974). Dissertação (Mestrado em História e Estudos Culturais) - Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2019.

SILVA, Carla Luciana Souza da. **Veja**: O indispensável partido neoliberal (1989 a 2002). (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

SILVA, Maura Leal da. **Território imaginado**: de Amapá federal a autonomia política (1943-1988). Brasília: Senado Federal, 2024.

SOUZA, Valdir Aparecido. **Rondônia, uma memória em disputa**. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual Paulista, Assis, 2011.

TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues; FONSECA, Dante Ribeiro da. **História Regional**: Rondônia. Porto Velho: Rondoniana, 2001.

VIANA, João Paulo Saraiva Leão. **Sistema partidário subnacional e competição eleitoral**: o caso de Rondônia (1982-2014). Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

VILLALTA, Daniela. O surgimento da revista Veja no contexto da modernização brasileira. In: XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Salvador, 2002. Disponível em: https://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/32223747683953053623681240427411413 02.pdf. Acesso em: 15. jun. 2025.